

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias PLDO 2011

Brasília - maio/10

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal - SOF

Parâmetros Econômicos

Parâmetros	2010	2011	2012	2013
PIB real (%)	5,2	5,5	5,5	5,5
PIB - R\$ bilhões	3.451,6	3.802,8	4.192,5	4.622,2
IPCA acum (%)	4,99	4,50	4,50	4,50
Taxa de Câmbio Média	1,82	1,84	1,88	1,91
Salário Mínimo	R\$ 510,00	R\$ 535,91	R\$ 588,94	R\$ 649,29
Taxa de Juros - SELIC % a.a. dez	8,75	8,75	8,75	8,75

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal - SOF

Metas Fiscais

Anexo de Metas

Preços Correntes

Discriminação	2011		2012		2013	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. Receita Primária	936.472,6	24,63	1.032.437,6	24,63	1.138.236,6	24,63
II. Despesa Primária	854.712,6	22,48	942.298,4	22,48	1.038.860,4	22,48
III. Resultado Primário Governo Central (I - II)	81.760,0	2,15	90.139,2	2,15	99.376,2	2,15
IV. Resultado Primário Empresas Estatais Federais	7.610,0	0,20	8.385,0	0,20	9.244,3	0,20
V. Resultado Primário Governo Federal (III + IV)	89.370,0	2,35	98.524,3	2,35	108.620,5	2,35
VI. Resultado Nominal Governo Federal	-10.196,0	-0,27	465,3	0,01	9.571,5	0,21
VII. Dívida Líquida Governo Federal	929.856,0	24,50	940.884,0	22,40	930.335,0	20,20

Observações:

- (1) A meta poderá ser reduzida em virtude dos recursos previstos para o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.
- (2) Não considera empresas do grupo Petrobrás.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO

Secretaria de Orçamento Federal - SOF

Metas Fiscais *Todos os Entes*

	2010		2011		2012		2013	
	Valor	%PIB	Valor	%PIB	Valor	%PIB	Valor	%PIB
OFS (Governo Central)	74.209,2	2,15	81.760,0	2,15	90.139,2	2,15	99.376,2	2,15
Estatais Federais	6.903,2	0,20	7.610,0	0,20	8.385,0	0,20	9.244,3	0,20
Entes Regionais	32.790,1	0,95	36.126,9	0,95	39.829,0	0,95	43.910,4	0,95
Total - Setor Público Consolidado	113.902,5	3,30	125.496,9	3,30	138.353,2	3,30	152.531,0	3,30
PIB	3.451.591		3.802.827		4.192.521		4.622.150	

Obras com Indícios de Irregularidade

Ajusta a redação atualmente constante da LDO-2010 para melhor caracterizar que a paralisação de obras somente deve ocorrer após esgotadas todas as medidas administrativas cabíveis, considerados os seguintes aspectos, sem prejuízo da possibilidade de suspender parcial ou totalmente os pagamentos, a fim de evitar riscos de perda para o erário:

- 1) os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do atraso na execução;
- 2) os riscos à segurança da população local;
- 3) os riscos de depreciação, obsolescência e exaustão dos bens e serviços obtidos, ainda que não tenham sido concluídos;
- 4) as despesas necessárias à conservação das instalações e serviços já executados;
- 5) a preservação dos bens e equipamentos em estoque e do canteiro de obras; e
- 6) as despesas inerentes à desmobilização e ao posterior retorno às atividades.

Poderes Legislativo, Judiciário e MPU

Estende a possibilidade de haver remanejamento de dotações orçamentárias entre os órgãos, no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário e do MPU, por ato dos dirigentes dos respectivos órgãos.

Regras de Ante vigência

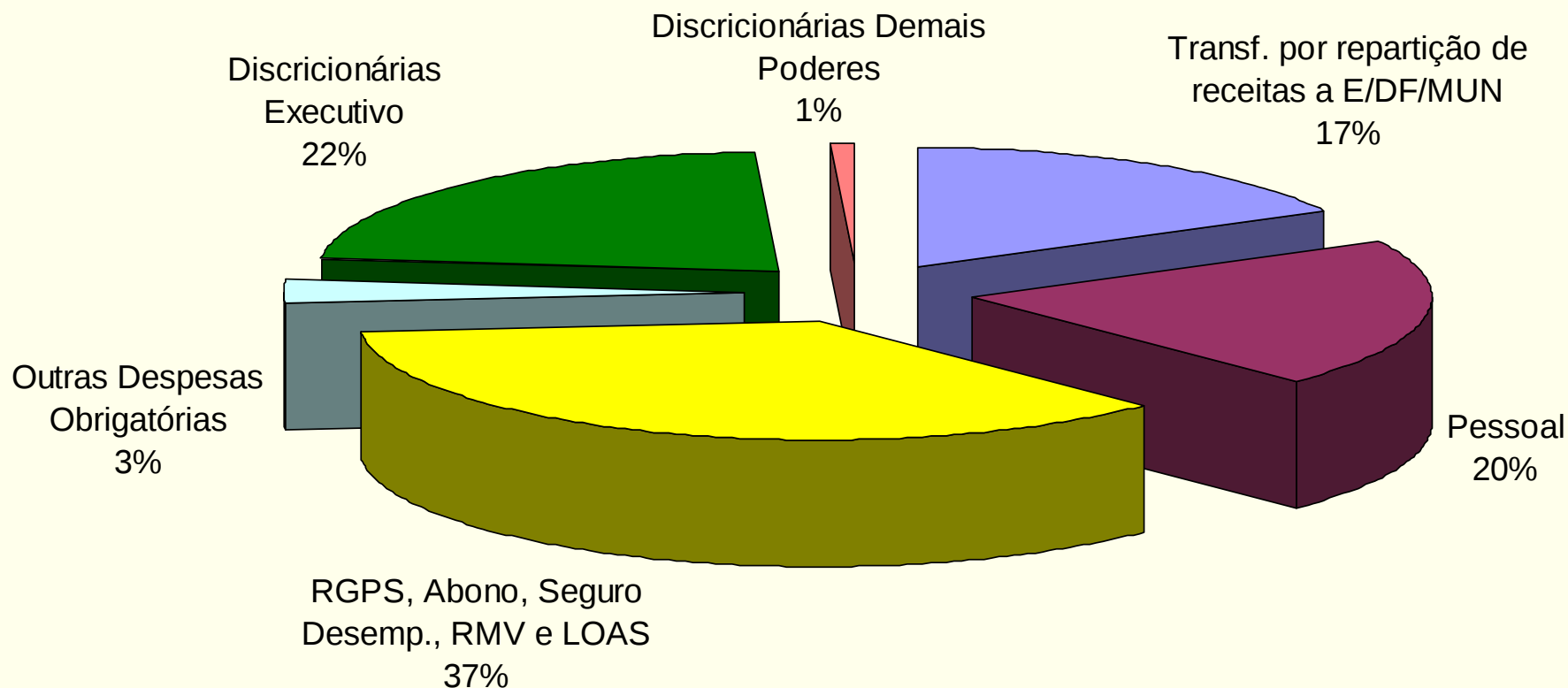
Possibilita a execução de despesas na antevigência da LOA-2011 até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no respectivo Projeto de Lei, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção dessa Lei, salvo as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União, relacionadas na Seção I do Anexo IV do Projeto ora encaminhado e as demais listadas nesse artigo, em relação às quais pode haver necessidade de execução acima do aludido limite.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

R\$ bilhões	
Itens	LOA 2010
Total Receitas	1.766,0
Primárias	873,9
Financeiras	892,1
Total das Despesas *	1.766,0
Primárias	831,9
Financeiras	934,1

* Conceito de Caixa

Visão Geral das Despesas Primárias da LOA 2010 (Total R\$ 831,9 bilhões)



Composição das Discrecionárias do Executivo

	R\$ bilhões		
	2009	PL 2010	LOA 2010
Discrecionárias Executivo	148,1	166,1	186,7
Protegidas	112,5	127,2	132,1
PAC	25,0	30,7	29,9
Obrigatórias	58,9	61,4	66,7
Ressalvadas	28,6	35,1	35,5
Não Protegidas	35,6	38,9	54,6
Demais	30,8	38,9	40,7
Emendas Parlamentares	4,8	0,0	13,9



**Ministério
do Planejamento**

